

Estudo Técnico Preliminar 32/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08220.000899/2025-44

2. Descrição da necessidade

- 2.1. A presente contratação tem como objetivo a aquisição de ração canina para atender a necessidade dos cães de faro da SR/PF /AC (órgão gerenciador) e órgãos participantes.
- 2.2. A PF/AC realiza as suas atividades operacionais aplicando cães policiais por intermédio do Canil da Polícia Federal no Acre, localizado em Rio Branco/AC.
- 2.3. Para que a atividade funcione de forma plena, os cães precisam estar em boas condições de saúde, tendo acesso, entre outras coisas, a uma alimentação saudável e balanceada. Trata-se de um direito universal à vida do animal. Assim, por ser um alimento básico, é imprescindível que a ração a ser fornecida para os cães tenha em sua composição elementos que garantam o seu máximo aproveitamento, bem como possa propiciar, por meio do seu consumo, a menor incidência de doenças e parasitoses, sempre no intuito de melhorar a qualidade de vida do animal e, por consequência, a sua expectativa de vida e de serviço.
- 2.4. Conforme o exposto, é possível perceber que a manutenção dessas atividades sugere oferecer, para toda a sociedade, maior segurança e o gozo pleno do sagrado direito de livre circulação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CANIL/DRPJ/SR/PF/AC	Ítalo de Souza Campelo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. REQUISITOS TÉCNICOS E LEGAIS PARA AQUISIÇÃO DE RAÇÃO CANINA

A aquisição de ração canina deverá observar rigorosamente os critérios legais, normativos e técnicos, conforme as legislações específicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), assegurando a qualidade nutricional, a legalidade da contratação e o bem-estar dos animais.

4.1.1. Base Legal Aplicável:

- Lei nº 6.198/1974**, com as atualizações da **Lei nº 14.515/2022** – Dispõe sobre a inspeção e fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal e institui regras sobre programas de autocontrole na defesa agropecuária.
- Decreto nº 12.031/2024** – Estabelece as normas gerais sobre a inspeção e fiscalização da produção, comércio e uso de produtos para alimentação animal.
- IN/MAPA nº 22/2009** – Regulamenta a embalagem, rotulagem e propaganda de produtos destinados à alimentação animal.
- IN/MAPA nº 30/2009** – Estabelece critérios e procedimentos para registro e isenção de produtos destinados à alimentação de animais de companhia.

IN/MAPA nº 66/2009 – Altera dispositivos das INs 22 e 30 quanto aos níveis de garantia e composição nutricional.

IN/SEDGG/ME nº 73/2020 – Dispõe sobre o procedimento de pesquisa de preços para aquisição de bens pela Administração Pública.

Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

4.1.2. Requisitos legais para empresas e produtos:

Registro da empresa no MAPA: obrigatório conforme art. 6º do novo Decreto nº 12.031/2024.

Declaração de isenção (se aplicável): empresas enquadradas em exceções previstas no novo regulamento devem apresentar declaração formal.

Registro do produto no MAPA: exigido conforme art. 13 do Decreto nº 12.031/2024.

Produto isento de registro: apresentar cópia do **Relatório Técnico de Produto Isento de Registro (RTPI)**, conforme art. 44 da IN/MAPA nº 42/2010.

Embalagem e rotulagem: conforme regulamentado pelas INs nº 22/2009, nº 30/2009 e nº 66/2009.

Níveis de garantia: devem constar obrigatoriamente na embalagem conforme IN/MAPA nº 66/2009.

4.1.3. Requisitos técnicos mínimos do objeto contratado:

Ração classificada pelo fabricante como **Super Premium**, fabricada e comercializada conforme normas do MAPA.

4.1.4. Comprovada digestibilidade mínima de 84%, atestada por laudo de digestibilidade “in vivo”.

Formulação fixa, sem substitutos não declarados.

Proibido conter: carne bovina, farinha de sangue, ossos, penas, corantes e aromatizantes artificiais.

Deve conter no mínimo **três fontes proteicas de origem animal**, com preferência por frango, cordeiro, ovino, suíno ou peixe.

Embalagem: saco plástico opaco, resistente, com fotoprotetor, lacrado, sem rótulos adesivos ou grampeados, e com data de fabricação inferior a 4 meses da entrega.

Não serão aceitas embalagens rasuradas, manchadas ou com informações ilegíveis.

Embalagem preferencial de **15 kg.**

4.1.5. Rotulagem obrigatória (IN nº 30/2009, art. 9º):

A embalagem deve conter de forma impressa e clara:

Nome, marca, classificação e composição básica do produto

Tabela nutricional, espécie e categoria animal

Modo de uso, cuidados, restrições, contraindicações

Indicação: “Produto Registrado no MAPA sob nº ____”

Identificação do fabricante e telefone SAC

Indicação “Indústria Brasileira” ou país de origem (se importado)

Datas de fabricação, validade e lote

Condições de conservação e demais exigências da legislação vigente

5. Levantamento de Mercado

5.1. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE SETORIAL

5.1.1. Segundo a ABINPET – Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação –, o Brasil possui a **segunda maior população de cães, gatos e aves ornamentais do mundo**, sendo o **terceiro maior país em população total de animais de estimação**, com cerca de **139,3 milhões de pets**, dos quais **54,2 milhões são cães**. Esses dados evidenciam a relevância e a maturidade do setor pet no país, tanto em termos de volume quanto de infraestrutura industrial, o que favorece a ampla competitividade nas contratações públicas.

5.1.2. O mercado nacional é composto por indústrias e distribuidores organizados nos seguintes segmentos:

- **Pet Food** – alimentos para animais;
- **Pet Vet** – medicamentos veterinários;
- **Pet Care** – produtos de higiene e cuidados diversos.

5.1.3. Atualmente, o setor pet representa cerca de **0,36% do PIB nacional**, superando segmentos como utilidades domésticas e automação industrial, e movimentou **R\$ 51,7 bilhões em 2021**, segundo dados da CNN Brasil e SINDIRAÇÕES. Desse total, o **segmento Pet Food** correspondeu a **55% do mercado**, com faturamento estimado de **R\$ 28,4 bilhões**, refletindo o predomínio da alimentação como necessidade essencial e contínua.

5.1.4. A indústria brasileira de Pet Food conta com aproximadamente **130 fábricas e mais de 600 marcas registradas**, além de cerca de **104.226 estabelecimentos comerciais** com atividade principal de comércio varejista ou atacadista de alimentos e produtos para animais de estimação, conforme dados da Cognatis e da Receita Federal.

5.1.5. Nesse contexto, as empresas adotam, como diretriz técnica de qualidade, o **Manual Pet Food Brasil**, publicado pela ABINPET, que reúne padrões nutricionais, parâmetros de qualidade de ingredientes, metodologias analíticas e boas práticas de fabricação. Essa padronização fortalece a segurança alimentar dos animais e assegura a rastreabilidade e conformidade do produto comercializado, inclusive para uso institucional.

5.2. CATEGORIAS DE ALIMENTOS DISPONÍVEIS E AVALIAÇÃO PARA USO NA PF/AC

5.2.1 Com base nas diretrizes do MAPA e da ABINPET, o mercado classifica os alimentos para cães da seguinte forma:

1. **Alimento Natural** – Apesar da alta biodisponibilidade, exige manipulação cuidadosa e estrutura especializada, o que **inviabiliza sua adoção pela PF/AC**, por não ser eficiente nem econômica.
2. **Alimento Industrializado** – Alimento processado em ambiente industrial, classificado em:
 - Alimento completo (ração);
 - Alimento coadjuvante;
 - Alimento específico.
É a solução usual, legalmente regulada e viável para a PF/AC.
3. **Alimento Coadjuvante** – Destinado exclusivamente a animais com distúrbios fisiológicos ou metabólicos. **Não se aplica aos cães de serviço da PF/AC.**
4. **Alimento Específico** – Com finalidade de agrado ou recompensa, **não se aplica à rotina alimentar institucional.**
5. **Alimento Caseiro** – Apesar de comum entre tutores, é nutricionalmente instável e exige preparo adequado, sendo **inviável operacionalmente para a PF/AC.**

5.4. RAÇÃO SECA X RAÇÃO ÚMIDA – ANÁLISE COMPARATIVA

5.4.1. A ração canina se divide, basicamente, em dois tipos: **ração seca** e **ração úmida**.

- **Ração úmida:** possui maior palatabilidade e concentração de umidade, facilitando a ingestão em animais com baixa hidratação espontânea. Contudo, apresenta **maior custo unitário, prazo de validade reduzido após abertura, risco de deterioração, maior incidência de problemas dentários e logística de conservação mais complexa**, o que a torna **inadequada ao uso rotineiro pela PF/AC**, salvo em situações específicas de prescrição veterinária.
- **Ração seca:** apresenta valor nutricional equivalente, é **mais econômica, estável, segura e de fácil armazenamento**, além de ter **menor impacto na saúde bucal e maior tempo de prateleira**. Portanto, **recomenda-se a aquisição de ração seca como padrão institucional**, em razão da economicidade, viabilidade operacional, facilidade logística e ampla oferta no mercado nacional.

5.5. JUSTIFICATIVA

5.5.1. Considerando os dados setoriais divulgados por ABINPET, SINDIRAÇÕES e demais fontes oficiais, o mercado nacional de rações é amplo, competitivo e regulamentado. A adoção da ração seca Super Premium pela PF/AC atende aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência, isonomia e bem-estar animal, garantindo padrão nutricional elevado, boa relação custo-benefício e conformidade com a legislação vigente.

5.5.2. Além disso, destaca-se que diversos fabricantes nacionais e internacionais seguem protocolos rigorosos de qualidade, sendo recomendável que os produtos ofertados apresentem, preferencialmente, certificações reconhecidas no setor. Dentre os selos mais relevantes, estão:

Boas Práticas de Fabricação (BPF) – exigência do MAPA que atesta o cumprimento de normas sanitárias e de controle de produção;

ISO 22000 – norma internacional que estabelece requisitos para sistemas de gestão da segurança de alimentos;

GMP+ Feed Safety Assurance – certificação internacional voltada para segurança de alimentos para animais;

Selo ABINPET – indicador de adesão voluntária ao Manual Pet Food Brasil, com padrões técnicos de excelência.

5.5.3. Essas certificações reforçam a confiabilidade do fabricante e a segurança do produto destinado à alimentação de cães em ambiente institucional, agregando maior controle, rastreabilidade e garantia de qualidade ao objeto contratado.

5.5.4. Diante da análise mercadológica, técnica e regulatória apresentada, conclui-se que a **aquisição de ração seca canina da categoria Super Premium** é a solução mais adequada à realidade da Polícia Federal no Acre. Tal escolha promove **eficiência, economicidade, segurança alimentar, equilíbrio nutricional e ampla competitividade**, além de atender com responsabilidade aos princípios constitucionais da administração pública, especialmente os da legalidade, isonomia e eficiência.

5.6. FABRICANTES QUE SEGUEM PROTOCOLOS DE QUALIDADE

Marcas nacionais de rações **Super Premium** seguem protocolos rigorosos de qualidade, sendo recomendável que os produtos ofertados apresentem, preferencialmente, certificações reconhecidas no setor. Dentre os selos mais relevantes, estão:

- Boas Práticas de Fabricação (BPF)
- ISO 22000
- GMP+ Feed Safety Assurance
- Selo ABINPET

MARCA	CERTIFICAÇÕES	OBSERVAÇÕES
Royal Canin	Registro MAPA, BPF, ISO 22000	Marca internacionalmente reconhecida, com rigorosos controles de qualidade e segurança alimentar.
PremieRpet	Registro MAPA, BPF, ISO 22000, adesão ao Manual Pet Food Brasil (ABINPET)	Produz a linha PremieR Fórmula, com ingredientes nobres e alta digestibilidade.

Guabi Natural	Registro MAPA, BPF, ISO 22000	Linha natural com ingredientes selecionados e sem corantes artificiais.
Fórmula Natural	Registro MAPA, BPF, ISO 22000	Produtos com carnes frescas e ingredientes funcionais, como prebióticos e antioxidantes naturais.
GranPlus	Registro MAPA, BPF	Linha Gourmet com foco em alta palatabilidade e digestibilidade.
Biofresh	Registro MAPA, BPF	Utiliza carnes frescas e ingredientes naturais, sem conservantes artificiais.
Magnus	Registro MAPA, BPF	Linha Super Premium com foco em custo-benefício e qualidade nutricional

Essas certificações reforçam a confiabilidade do fabricante e a segurança do produto destinado à alimentação de cães em ambiente institucional, agregando maior controle, rastreabilidade e garantia de qualidade ao objeto contratado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. REQUISITOS TÉCNICOS E LEGAIS PARA AQUISIÇÃO DE RAÇÃO CANINA

6.1.1. A presente contratação tem como objetivo a aquisição de ração canina seca, classificada na categoria "Super Premium", para o atendimento das necessidades operacionais da Polícia Federal no Estado do Acre (PF/AC), considerando o uso em cães de raças grandes, utilizados em atividades institucionais.

6.1.2. No mercado existem mais de uma dezena de produtos classificados na categoria "Super Premium", assim, respeitando a formulação de cada uma delas e, somente para fins de análise e julgamento das propostas, temos que propor uma composição, estabelecendo níveis de garantia e de enriquecimento, minimamente compatíveis as necessidades do animal e comumente presentes em todas as marcas, conforme abaixo especificado:

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
Item 1 - Ração canina seca para Cães Filhotes - raças grandes
<p>I - Ração canina seca para Cães Adultos, a partir de 15 (quinze) meses - raças grandes, com níveis de granulação e composição básica, conforme as características descritas.</p> <p>II - Classificada na Categoria "Super Premium", equivalente ou superior.</p> <p>III - Croquetes extrusados, produzidos para atender às necessidades de mastigação de cães de raças grandes.</p> <p>IV - Digestibilidade de, no mínimo, 84% (oitenta e quatro por cento).</p> <p>V - Composto de, no mínimo, 3 (três) fontes de proteínas de origem animal, excetuando-se a carne bovina e/ou seus subprodutos, na sua formulação.</p> <p>VI - Composição, mínima:</p> <p>a) farinha de origem animal (exceto bovino e seus subprodutos), palatabilizantes a base de carnes (exceto bovino e seus subprodutos), farinhas vegetais, fibras, parede celular de</p>

levedura - frutooligosacarídeos, polpas vegetais, gordura animal, óleos vegetal e/ou animal, cálcio, fósforo, potássio, Sulfato de Condroitina e Glucosamina, Vitaminas (A, B1, B2, B6, B12, C, D3, E, PP), Ácidos Pantotênico e Fólico, Biotina, Colina, Minerais (Cobre, Ferro, Manganês, Iodo, Zinco, Selênio), Ácidos Graxos - Ômega 3 e 6, Antioxidante.

VII - Sua fórmula deve apresentar, no mínimo, os seguintes Níveis de Garantia e Enriquecimento:

NUTRIENTES (MÍNIMOS)	PORCENTAGEM (MÍNIMA)
Umidade (máx.)	10%
Proteína bruta	26%
Extrato etéreo	16%
Matéria fibrosa (máx.)	2,5%
Matéria mineral (máx.)	5,8%
Cálcio	1,0%
Fósforo	0,70%
Potássio	0,48%
Magnésio	0,1%
Vitamina A	18.000 Ui
Vitamina B1	4,9 mg
Vitamina B2	4,5 mg
Vitamina B6	6 mg
Vitamina B12	70 µg
Vitamina C	200 mg
Vitamina D3	1.200 UI
Vitamina E	500 UI

PP (Vitamina B3 ou Niacina ou Ácido Nicotínico)	17 mg
Ácido Pantotênico	29,7 mg
Ácido Fólico	1,0 mg
Biotina	1,27 mg
Colina	719 mg
Cobre	16 mg
Ferro	46 mg
Manganês	59 mg
Iodo	3,5 mg
Zinco	197 mg
Selênio	0,43 mg
Ácidos Graxos - Ômega 3	0,3%
Ácidos Graxos - Ômega 6	2,3%
Sódio	0,3%
Energia Metabolizável	3.900 a 4.300 Kcal/Kg

VIII - Conforme contido no art. 15 da IN/MAPA/Nº 30/2009 - Anexo, os níveis de garantia declarados nos rótulos dos produtos deverão guardar correlação com a composição do produto.

a) A Administração poderá, a qualquer momento, durante a execução do Contrato, a critério e manifestação da Equipe Técnica, auxiliada por médico Veterinário, exigir amostra do material que lhe está sendo entregue e a apresentação de exames determinados por laboratório oficial de referência, quais sejam: bromatológico (análise de níveis nutricionais) e também de detecção de aflatoxinas (grupo de compostos tóxicos produzidos por certas cepas dos fungos *Aspergillus flavus* e *A. parasiticus*, que em condições favoráveis de temperatura e umidade, crescem em certas rações e alimentos) sendo, para este último, o padrão máximo de 20 ppb, pelo método ELISA. A empresa deverá custear as análises previstas.

IX - Não poderá conter em sua composição:

a) substitutos proteicos como farinha de sangue, ossos ou penas;

b) corantes ou aromatizantes artificiais;

- c) soja ou quaisquer de seus subprodutos, exceto a proteína hidrolisada de soja;
- d) antibióticos ou antifungostáticos/antifúngicos;
- e) eventuais insumos substitutos, devendo apresentar fórmula fixa, durante todo o período de fornecimento à Contratante.

6.1.3. EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A empresa proponente deverá apresentar:

Registro no MAPA, conforme art. 6º do Decreto nº 12.031/2024

Registro do produto no MAPA, conforme art. 13 do mesmo decreto

Declaração de isenção, se for o caso, acompanhada de RTPI conforme IN/MAPA nº 42/2010

Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove fornecimento compatível com o objeto da aquisição.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O prazo de entrega do material é de até 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do contrato.

Aquisição Parcelada via SRP - Estimativa por Consumo Gerenciador e Participantes

Órgão / UASG	Requisição Mínima (kg)	Requisição Máxima (kg)	Pacotes Mínimos (15kg)	Pacotes Máximos (15kg)	Valor Unitário (R\$ /kg)	Valor Total Máximo (R\$)
SR/PF/AC – UASG 200380 (gerenciador)	105	450	7	30	R\$ 26,98	R\$ 12.141,00
SR/PF/RS – UASG 200372	300	990	20	66	R\$ 26,98	R\$ 26.710,20
SR/PF/AM – UASG 200382	540	720	36	48	R\$ 26,98	R\$ 19.425,60
SR/PF/PR – UASG 200366	3.200	3.300	213	220	R\$ 26,98	R\$ 89.034,00
SR/PF/RN – UASG 200394	420	600	28	40	R\$ 26,98	R\$ 16.188,00
CMDO/2ª BDA INF SL/AM – UASG 160515	315	360	21	24	R\$ 26,98	R\$ 9.712,80
TOTAL GERAL	5.090	6.420	339	428	—	R\$ 173.211,60

7.2. Adequação de Quantidade dos Pacotes

7.2.1. Para fins de flexibilidade logística e operacional, os pacotes de ração canina poderão ter ajustes em sua quantidade (kg), desde que o somatório das unidades entregues em cada parcela respeite os limites mínimos e máximos estabelecidos na estimativa de consumo anual.

7.2.2. Fica igualmente facultado, desde que previamente aceito pela Administração, o fornecimento de pacotes em tamanhos diferentes do padrão habitual, podendo ser menores ou maiores, mediante comum acordo entre o fornecedor e a Administração.

7.2.3. Essa medida visa assegurar maior adequação às práticas comerciais do mercado, facilitar o manuseio e armazenamento, garantir o atendimento contínuo da demanda e evitar desperdícios ou sobras desnecessárias.

7.2.4. Em todos os casos, o fornecedor deverá garantir a integridade do produto, a segurança alimentar, a rastreabilidade e o cumprimento integral das especificações técnicas e legais constantes no edital e no contrato.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 173.211,60

8.1. Pesquisa de Preços

8.1.1. Fontes Consultadas (combinados)

1. Administração Pública (Mapa Comparativo de Preços):

- Banco de Preços Públicos (Compras.gov.br)
- Pesquisa consolidada em 12/03/2025 às 12h16

2. Sites especializados (acessados em 12/05/2025 entre 12h00 e 13h30):

- Pet Entrega — R\$ 448,90 — Acesso em 12/05/2025 às 13h10
- Magazine Luiza — R\$ 399,99 — Acesso em 12/05/2025 às 13h15
- Pet Cães e Cia — R\$ 425,60 — Acesso em 12/05/2025 às 13h25

Tabela de Preços Coletados

Fonte	Preço (R\$)
PM Alagoas	388,65
Aeronáutica Anápolis	414,00
Aeronáutica Fortaleza	348,90
Pet Entrega	448,90
Magazine Luiza	399,99
Pet Cães e Cia	425,60

8.1.2. Resultados Estatísticos

- Média combinada: R\$ 404,67 (valor máximo estimado)
- Mediana: R\$ 404,99
- Preço mínimo: R\$ 348,90
- Preço máximo encontrado: R\$ 448,90
- Variação absoluta: R\$ 100,00
- Coeficiente de variação: 8,91% (baixo e aceitável)

Tabela de Preços Coletados com Valor por Kg (Pacote de 15 kg)

Fonte	Preço por Pacote (R\$)	Valor por Kg (R\$)
-------	------------------------	--------------------

PM Alagoas	388,65	25,91
Aeronáutica Anápolis	414,00	27,60
Aeronáutica Fortaleza	348,90	23,26
Pet Entrega	448,90	29,93
Magazine Luiza	399,99	26,67
Pet Cães e Cia	425,60	28,37

Análise Estatística:

- **Média aritmética dos preços por pacote:** R\$ 404,67
- **Média dos valores por kg:** R\$ 26,98
- **Mediana por pacote:** R\$ 404,99
- **Preço mínimo por pacote:** R\$ 348,90 (R\$ 23,26/kg)
- **Preço máximo por pacote:** R\$ 448,90 (R\$ 29,93/kg)
- **Coefficiente de variação:** 8,91% (classificado como baixo e aceitável)

A adoção da **média aritmética do preço por pacote como valor máximo estimado (R\$ 404,67)**, conforme o art. 5º da IN nº 65 /2021, e o uso da **média dos valores por kg (R\$ 26,98)** garantem a segurança técnica e orçamentária do processo, assegurando a aderência às boas práticas de contratação pública e o resguardo frente a variações de mercado.

8.1.3. Justificativa Técnica

8.1.3.1. Em conformidade com a IN 65/2021, art. 5º, foi adotado o valor da média (R\$ 404,67) como o preço máximo estimado da contratação. 8.1.3.

8.1.3.2. A pesquisa combinou contratações similares realizadas pela Administração Pública nos últimos 12 meses e preços coletados em sites especializados nos últimos 6 meses, com data e hora de acesso registrados. A metodologia aplicada garante aderência à legislação e define um preço de referência adequado e seguro para o processo licitatório.

8.1.4. Justificativa para a adoção do limite de 15 kg por pacote

8.1.5.1. Embora a unidade de medida utilizada para os lances nos pregões seja o **quilo (kg)**, a Administração adota como **parâmetro de entrega os pacotes de 15 kg**, por se tratar do formato mais comum e padronizado no mercado nacional de rações Super Premium. Essa padronização facilita a logística de transporte, o armazenamento e o controle do estoque, além de refletir fielmente as práticas comerciais dos principais fabricantes e distribuidores.

8.1.5.2. Contudo, **é facultado à empresa contratada o fornecimento em pacotes com peso superior ou inferior aos 15 kg**, desde que **solicite previamente à Administração, apresente justificativa técnica ou comercial adequada e receba autorização expressa** para o fornecimento em embalagens de tamanho diverso. Essa flexibilidade visa preservar a economicidade e a fluidez na execução contratual, sem prejuízo à qualidade e conformidade do produto entregue.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A opção pela **não divisão do objeto em cotas para ME/EPP (ITEM ÚNIC)** fundamenta-se na **necessidade de garantir a padronização, a eficiência logística e a economicidade da contratação**, conforme delineado nos princípios constitucionais da Administração Pública.

9.2. Considerando as características do produto adquirido, a aquisição da ração canina seca para cães adultos de raças grandes será realizada de forma parcelada, em três entregas trimestrais. Essa medida visa assegurar a adequada conservação do alimento, pois o armazenamento prolongado de grandes quantidades pode favorecer o surgimento de fungos, umidade e deterioração da qualidade nutricional da ração.

9.3. Além disso, a entrega parcelada garante a oferta de alimento mais fresco aos animais, reduzindo o risco de contaminações e perdas por validade vencida. Também facilita a gestão do estoque no almoxarifado da unidade, otimizando o espaço físico disponível e permitindo maior controle sobre a quantidade e o consumo do material. Portanto, o fracionamento do objeto entre diferentes fornecedores inviabilizaria esse padrão mínimo de qualidade, o parcelamento da entrega é uma medida técnica necessária para assegurar a integridade do produto e a saúde dos animais sob responsabilidade da instituição.

9.4. Ausência de Economia de Escala: Apesar da participação de cinco órgãos públicos, o volume global da contratação não é suficientemente elevado para ensejar ganhos econômicos relevantes por escala. Ademais, a necessidade de entregas parceladas, por razões técnicas de conservação da ração e controle logístico, já limita a possibilidade de obtenção de descontos por grandes quantidades. A eventual divisão do fornecimento entre diferentes empresas comprometeria a padronização do produto, além de dificultar o controle da qualidade e a rastreabilidade, essenciais para garantir a saúde dos animais atendidos. Assim, a não divisão do objeto entre fornecedores visa preservar critérios técnicos e operacionais indispensáveis à boa execução contratual.

9.5. Riscos Operacionais e Eficiência: O Sistema de Registro de Preços (SRP) não automatiza a criação de cotas reservadas, exigindo tratamento manual e individualizado para cada item. Diante da quantidade de órgãos aderentes e itens previstos, isso elevaria exponencialmente o tempo e os riscos de erros, atrasos e inconsistências, contrariando o princípio da eficiência (art. 37, CF/88) e afetando diretamente o cronograma de atendimento das demandas.

9.6. Jurisprudência e Prática dos Órgãos de Controle: O Tribunal de Contas da União admite a não aplicação da reserva de cotas para ME/EPP, desde que devidamente justificada com base em critérios técnicos que demonstrem sua inviabilidade ou desvantajosidade.

9.7. Assim, **a não divisão do objeto em cotas para ME/EPP, bem como a contratação por fornecedor único**, justifica-se pela **necessidade de assegurar a padronização do item, a continuidade da qualidade nutricional da ração fornecida e a proteção à saúde dos animais assistidos**, nos termos do art. 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, que admite exceções à divisão do objeto, desde que tecnicamente fundamentadas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A aquisição de ração canina pode estar correlacionada ou ser interdependente com as seguintes contratações:

- **Serviço veterinário:** para atendimento médico, vacinação, controle de parasitas e acompanhamento nutricional dos animais.
- **Medicamentos e suplementos veterinários:** para manutenção da saúde e complementação da dieta dos cães.
- **Aquisição de bebedouros e comedouros:** para adequada oferta de água e alimentação.
- **Serviços de higiene e limpeza de canis:** para garantir ambiente salubre, reduzindo riscos de doenças.
- **Aquisição de materiais de higiene animal:** como shampoos, escovas, desinfetantes específicos e antipulgas.
- **Serviços de adestramento ou treinamento de cães:** especialmente em unidades que utilizam cães para apoio operacional.
- **Aquisição de coleiras, guias e equipamentos de transporte:** para segurança e mobilidade dos cães durante operações ou deslocamentos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O órgão gerenciador e os órgãos participantes **possibilitaram a consolidação desta demanda a partir dos seus respectivos planejamentos internos de compras**, conforme demonstrado na tabela abaixo. Cada unidade envolvida **identificou previamente a necessidade do item em seus planos de aquisição anual**, assegurando o alinhamento com o Plano de Contratações, a compatibilidade com os objetivos institucionais e a **aderência à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** e ao **Plano Plurianual (PPA)**.

PCA GERENCIADOR E PARTICIPANTES	
ORGÃOS	IDENTIFICAÇÃO DO ITEM NO PCA
GERENCIADOR: SR/PF/AC - UASG 200380	200380-47/2025
1 - SR/PF/RS - UASG 200372	200372-29/2025
2 - SR/PF/AM - UASG 200382	200382-09/2025
3 - SR/PF/PR (Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu) - UASG 200366	200366-21/2025
4 - SR/PF/RN - UASG 200394	200394-131/2025
5 - CMDO/2ª BDA - INF SL/ AM - UASG 160515	160515-17/2025

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação para fornecimento de ração canina tem como objetivo principal garantir a adequada nutrição e o bem-estar dos cães sob responsabilidade da instituição, assegurando a manutenção da saúde, da capacidade física e da longevidade desses animais.

12.2. Entre os principais benefícios esperados destacam-se:

- Garantir a oferta contínua de alimento balanceado e específico para cães adultos de grande porte, conforme exigências nutricionais adequadas.
- Minimizar riscos de doenças e deficiências nutricionais, promovendo maior resistência física e imunológica nos animais.
- Otimizar a gestão de estoque e reduzir perdas por deterioração ou vencimento, em razão da aquisição fracionada.
- Assegurar a padronização do produto fornecido, evitando variações na composição nutricional.
- Facilitar o manuseio e armazenamento do produto com a adoção do limite de 15 kg por pacote, conforme padrão de mercado.
- Contribuir para a preservação da capacidade operacional da instituição, garantindo que os cães estejam aptos a cumprir suas funções de forma eficiente.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para viabilizar a presente contratação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), deverão ser adotadas as seguintes providências:

- **Publicação do aviso de licitação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, bem como nos demais meios previstos em lei, garantindo ampla publicidade e isonomia entre os licitantes;

- **Elaboração e disponibilização do Termo de Referência atualizado**, contendo todos os elementos técnicos, justificativas, estimativas de consumo, critérios de julgamento e modelo de execução contratual;
- **Indicação formal dos órgãos participantes**, com a consolidação das respectivas estimativas de consumo, devidamente validadas pelas áreas demandantes;
- **Realização da pesquisa de mercado atualizada**, com coleta de preços junto a fornecedores distintos, abrangendo diferentes regiões, e utilizando fontes diversas (sítios eletrônicos, atas vigentes, notas fiscais etc.);
- **Análise jurídica prévia da minuta do edital e da minuta da ata de registro de preços**, garantindo conformidade com a legislação vigente (Lei nº 14.133/2021 e regulamentações aplicáveis);
- **Inclusão dos critérios de sustentabilidade e padronização exigidos**, quando aplicável, respeitando as diretrizes de compras públicas sustentáveis;
- **Capacitação dos fiscais designados**, com ênfase nos aspectos técnicos do produto, prazos de entrega, controle de validade e critérios de aceitabilidade;
- **Registro no sistema de planejamento anual de contratações**, assegurando a rastreabilidade e o cumprimento das fases internas de planejamento exigidas pela legislação.

13.2. Essas providências são essenciais para garantir a **regularidade, eficiência e efetividade da contratação**, promovendo o adequado atendimento das necessidades institucionais com observância aos princípios da Administração Pública.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação para aquisição de ração canina apresenta baixo potencial de impacto ambiental, porém exige atenção quanto à geração de resíduos sólidos decorrentes do descarte das embalagens plásticas. Segundo o *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis*, licitação sustentável é aquela que integra considerações socioambientais em todas as suas fases, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, via de consequência, aos direitos humanos.

14.2. Apreciada esta referência, não se postula, na presente contratação, a necessidade de um estudo aprofundado quanto às exigências socioambientais. Todavia, é importante observar que um elemento desta contratação demanda preocupação quanto à sua destinação final e descarte: a embalagem do produto, que é composta de plástico.

14.3. Informações técnicas da Fundação Oswaldo Cruz (<http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/reciclagem.htm>) registram que plásticos podem levar até 450 anos para se decompor na natureza, o que exige considerável atenção. Contudo, é possível inferir que o plástico se torna um produto sustentável quando sua origem decorre de material reciclado.

14.4. Assim, em cumprimento ao art. 5º, inciso III da IN SLTI nº 1/2010, recomenda-se que o produto objeto desta contratação venha, preferencialmente, acondicionado em embalagens oriundas de materiais recicláveis.

14.5. Como medidas complementares para minimizar impactos ambientais, sugere-se:

- Destinar corretamente as embalagens para coleta seletiva ou reciclagem.
- Manter boas práticas de armazenamento para evitar perdas e contaminações.
- Priorizar fornecedores que utilizem embalagens recicláveis ou biodegradáveis.
- *os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.*

14.6. Não obstante, cabe a Polícia Federal, após o uso, realizar a coleta seletiva da embalagem, para sua destinação final e/ou descarte, inclusive, para fins de reciclagem.

14.7. Quanto à ração propriamente, ela é servida ao cão na medida exata das suas necessidades e do seu consumo, de acordo com as recomendações do médico veterinário e daquelas impressas pelo fabricante, na própria embalagem, evitando-se os desperdícios e possíveis resíduos sólidos poluentes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. A alimentação balanceada, com padrão de qualidade comprovado, é fundamental para garantir o desempenho nas atividades operacionais, especialmente em ações de faro de entorpecentes, armas, munições, busca e resgate, bem como em apoio à fiscalização e patrulhamento.

15.1.2. Ressalte-se que o fornecimento contínuo da ração adequada é medida essencial para a preservação da saúde dos animais e para o cumprimento eficiente das funções institucionais da Polícia Federal.

15.1.3. Assim, atesto a viabilidade técnica da aquisição, recomendando a continuidade dos trâmites administrativos para atendimento da demanda.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Aprovo o Estudo Técnico Preliminar referente à futura contratação de ração canina, considerando a necessidade devidamente justificada e a adequação técnica da solução proposta.

CARLOS ROCHA SANCHES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 08/07/2025 às 15:20:39.

ITALO DE SOUZA CAMPELO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 08/07/2025 às 13:05:17.